

Caminhos e Descaminhos

da Administração Pública no Brasil - Vol. 1

Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)



Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL**

Atena Editora
2017

2017 by Rudy de Barros Ahrens

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UEPA)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Adriana Regina Redivo (UNEMAT)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Profª Drª Vanessa Bordin Viera (IFAP)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C183

Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil /
Organizador Rudy Ahrens. – Ponta Grossa (PR): Atena, 2017.
420 p. : 2.042 k bytes – (Administração Pública; v. 1)

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-40-0

DOI 10.22533/at.ed.4001209

Inclui bibliografia.

1. Administração pública - Brasil. I. Ahrens, Rudy. II. Série.

CDD-351.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

A Administração Pública no Brasil caracteriza-se pelas circunstâncias de sua atuação, em um contexto mediado pelo poder e pela ação das empresas privadas e das organizações no âmbito da sociedade civil.

Esta mediação vem estimulando, nos últimos anos, os pesquisadores com o intuito da busca por melhorias ao estado, baseando-se na ideologia e crença de que é possível fazer a Gestão Pública acontecer.

O mencionado *ebook* reúne artigos científicos fruto de trabalhos e pesquisas realizadas na área de Administração com ênfase na Gestão Pública. Contando com 50 artigos, este foi dividido em 2 volumes, sendo no Volume 1 as subáreas de a) Finanças, Controladoria e Auditoria Pública; b) Educação Pública; c) Inovação Pública; d) Sustentabilidade Pública e e) Gestão de Pessoas e no Volume 2 com as subáreas de a) Planejamento e Gestão Pública; b) Políticas Públicas; e c) Compras e Licitações Públicas.

Os artigos a seguir foram desenvolvidos com o intuito de apresentar ao leitor experiências, conhecimento e informação, desejo assim uma boa leitura.

Rudy de Barros Ahrens

Sumário

Apresentação.....	03
--------------------------	-----------

Eixo 1 Finanças, Controladoria e Auditoria Pública

Capítulo I

A PERSPECTIVA DOS CONTADORES ANTE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2015: UM ESTUDO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

08

Capítulo II

AUDITORIA INDEPENDENTE: UMA OBSERVAÇÃO DE SUA IMPORTÂNCIA

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

22

Capítulo III

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL E O INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA/SP

Adriano Augusto de Souza.....

37

Capítulo IV

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA FORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Julio Candido de Meirelles Junior.....

55

Capítulo V

PROPOSIÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA, COM O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

André Santos de Oliveira, José Eduardo Klems Ribeiro e Marco Antonio Harms Dias.....

72

Eixo 2 Educação Pública

Capítulo VI

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS ENTIDADES FEDERAIS DO BRASIL: A EXEMPLO- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

Regina Maria da Silva, Eliane Moreira Sá de Souza e Willer Luciano de Carvalho.....

89

Eixo 2 Inovação Pública

Capítulo VII

APLICAÇÃO DA TEORIA UTAUT NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Thiago Pacife de Lima, Sâmia Laise Manthey Benevides, Carolina Yukari Veludo Watanabe, Rosália Maria Passos da Silva e Tomás Daniel Menendez Rodriguez.....105

Capítulo VIII

INOVAÇÃO COMO FATOR DETERMINANTE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina Ferreira Silva Pires, Luciane Santos Prado, Dayana Alves Ferreira e Luciana Peixoto Santa Rita.....122

Capítulo IX

INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS PREMIADAS NO CONCURSO INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA FEDERAL NOS ANOS 2011- 2014

Janaina Mendes de Oliveira e Rachel Kerber Gonçalves.....139

Capítulo X

INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL COM FOCO NA TEORIA U: ESTUDO DE CASO EM UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL

Natália Talita Araújo Nascimento, Flávio de São Pedro Filho, Paulo Adriano da Silva e Ítalo de Paula Casemiro.....154

Capítulo XI

PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE ACERCA DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – NIT.

Patric Douglas Griseli, Luciano Castro de Carvalho e Aline Louise de Oliveira.....171

Eixo 4 Sustentabilidade Pública

Capítulo XII

A POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS TECNOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA.

Gislane Martins Silva de Abreu, Mariluce Paes de Souza e Osmar Siena.....187

Capítulo XIII

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO DA REDE SENAC SANTA CATARINA

Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi, Simone Sehnem e David Rodrigo Petry.....205

Capítulo XIV

CULTURA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Cleide Vasconcelos Dantas, Dayana Alves Ferreira e Cláudio Zancan.....234

Capítulo XV

DIAGNOSTICO SOBRE O PROGRAMA BOLSA VERDE NO NORDESTE DO BRASIL

Emanuel Varela Cardoso, Bruno de Araujo Azevedo e Gilberto Rodrigues Carneiro.....252

Capítulo XVI

INDICADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: A PERCEPÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CAICÓ-RN

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Márcia Celiary Rodrigues Medeiros.....267

Capítulo XVII

PROPOSTA DE INDICADORES PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS): PESQUISA-AÇÃO NO CINDACTA II

Luís Gustavo Carvalho e Eloy Fassi Casagrande Junior.....283

Capítulo XVIII

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NOS PREGÕES ELETRÔNICOS: ANÁLISE EM ÓRGÃO DO EXECUTIVO FEDERAL

Robson Gonçalves Chaparro, Marcelo Ribeiro Silva, Denise Aguenta Uechi, Rogério Elói Gomes Bezerra e Thiago Barreto Santos.....300

Capítulo XIX

USINAS SUCROENERGETICAS E OS IDHMs DAS CIDADES: UMA VISÃO PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Daiane Pereira de Souza, Gabrielli do Carmo Martinelli, Anaysa Borges Soares e Claudia Maria Sonaglio.....320

Eixo 5 Gestão de Pessoas

Capítulo XX

AValiação DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL E ESTÁGIO
PROBATÓRIO: UMA ANÁLISE NA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL

Joyce Frade Machado e Geraldino Carneiro de Araújo.....336

Capítulo XXI

COMO ATENDER A ALTA DEMANDA DE TREINAMENTOS EM ORGANIZAÇÃO DE
GRANDE PORTE COM OTIMIZAÇÃO DE RECURSO

*Kátia Cristina Cabral Monteiro Galvão, Heliane Prata Sarmiento, Roquemar de Lima
Baldam e Thalmo de Paiva Junior.....351*

Capítulo XXII

criação E IMPLANTAÇÃO DE CARREIRAS NO SERVIÇO PÚBLICO: DESAFIOS E
SUCESSOS

*Paola Pinheiro Bernardi Primo, Marcelo Rosa Pereira e Francisco Caniçali
Primo.....365*

Capítulo XXIII

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO POLÍTICA DE ASCENSÃO PROFISSIONAL DA
MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Cesar Augusto Ilódio Alves, Elvira Aparecida Simões de Araújo e Adriana Leônidas
de Oliveira.....378*

Capítulo XXIV

MUDANÇA ORGANIZACIONAL E MELHORIA NO PROCESO DE AQUISIÇÃO DE BENS E
SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

*Thayse dos Santos Fonsêca Pinheiro, Rodrigo de Lima Pinheiro, Luciana Peixoto
Santa Rita e Camila Karla Santos da Silva Valentino.....394*

Sobre o organizador.....406

Sobre os autores.....407

CAPÍTULO XVIII

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NOS PREGÕES ELETRÔNICOS: ANÁLISE EM ÓRGÃO DO EXECUTIVO FEDERAL

**Robson Gonçalves Chaparro
Marcelo Ribeiro Silva
Denise Aguenta Uechi
Rogério Elói Gomes Bezerra
Thiago Barreto Santos**

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NOS PREGÕES ELETRÔNICOS: ANÁLISE EM ÓRGÃO DO EXECUTIVO FEDERAL

Robson Gonçalves Chaparro

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS
Campo Grande - Mato Grosso do Sul

Marcelo Ribeiro Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS
Campo Grande - Mato Grosso do Sul

Denise Aguenta Uechi

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS
Campo Grande - Mato Grosso do Sul

Rogério Elói Gomes Bezerra

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS
Campo Grande - Mato Grosso do Sul

Thiago Barreto Santos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS
Campo Grande - Mato Grosso do Sul

RESUMO: O objetivo geral deste estudo é analisar o processo das aquisições realizadas em uma Instituição Pública do Governo Federal, por meio do Pregão Eletrônico, e entender o quão estão sendo respeitados os dispositivos legais incentivadores das compras sustentáveis. Para atingi-lo, pretende-se identificar os motivos pelos quais algumas aquisições estão dentro dos parâmetros das aquisições sustentáveis; identificar os motivos pelos quais algumas aquisições não estão dentro dos parâmetros das aquisições sustentáveis; e identificar se os servidores que atuam como pregoeiro, equipe de apoio, e demais envolvidos na elaboração da licitação e seus processos, possuem conscientização e discernimento acerca das possibilidades de se incluir critérios de sustentabilidade ambiental no Pregão Eletrônico. Como resultado da pesquisa, verificou-se o não atendimento pleno das normas que determinam a prática de Compras Públicas Sustentáveis devido, principalmente, à ausência de capacitação dos servidores que as realizam. Outros motivos relacionados foram o desconhecimento dos principais normativos que tratam sobre sustentabilidade nas aquisições e a inexistência de um Plano de Gestão de Logística Sustentável. Por fim, o estudo traz Planos de Ações visando ao direcionamento dos esforços da entidade para contornar a situação e possibilitar o pleno atendimento dos objetivos da licitação, em especial à garantia do desenvolvimento nacional sustentável.

PALAVRAS CHAVE: Aquisição Pública, Licitação, Meio Ambiente.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de ações que resultem na preservação e recuperação do meio ambiente tem sido consenso em reuniões entre governos, em uma tentativa

de minimizar os impactos ambientais que a industrialização tem provocado.

O Brasil está inserido entre os países que apresentam propostas que objetivam a sustentabilidade ambiental, inclusive compartilhando estas responsabilidades entre o Governo e a sociedade, como está previsto na própria Carta Magna, em seu artigo 225, em que cabem ao Poder Público e a coletividade a responsabilidade pela defesa e preservação do meio ambiente, a fim de garanti-lo para as gerações atuais e futuras (BRASIL, 1988). O Poder Público, para tanto, precisa adotar decisões e atitudes inovadoras, considerando a necessidade de manter e recuperar o meio ambiente (BARBIERI, 1997).

Dentre as ações positivas que o ente público pode realizar em prol da garantia do meio ambiente saudável, está a realização de aquisições sustentáveis.

Neste estudo, são analisadas as aquisições realizadas pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso do Sul/NEMS/MS por meio do Pregão Eletrônico (PE), por ser a forma predominantemente utilizada pela instituição.

A presente pesquisa tem como lócus o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso do Sul/NEMS/MS; como objeto, o processo de aquisições públicas realizado por meio do PE (conforme o previsto no artigo 3º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 no que diz respeito a garantir a promoção do desenvolvimento nacional sustentável); e como nível de análise, os indivíduos envolvidos neste processo organizacional dinâmico e estratégico. Pressupõe-se inexistência do atendimento aos requisitos de sustentabilidade e a inobservância das políticas sustentáveis no âmbito do planejamento do Órgão, as quais poderiam incentivar as aquisições sustentáveis e a ausência da pauta da sustentabilidade nos cursos e treinamentos da equipe de aquisições.

Diante dessa problemática, o objetivo geral deste estudo é analisar o processo das aquisições realizadas em uma Instituição Pública do Governo Federal, por meio do PE, e entender o quão estão sendo respeitados os dispositivos legais incentivadores das compras sustentáveis. Para isso, buscou-se identificar os motivos pelos quais algumas aquisições estão dentro dos parâmetros das aquisições sustentáveis e outras não; identificar se os servidores que atuam como pregoeiro, equipe de apoio, e demais envolvidos na elaboração da licitação e seus processos, possuem conscientização e discernimento acerca das possibilidades de se incluir critérios de sustentabilidade ambiental no PE.

Nessa seara, o presente estudo propõe ampliação da prática sustentável nas aquisições realizadas por Pregões Eletrônicos no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso do Sul (NEMS/MS).

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta conceitos e normativos legais que devem ser atendidos pela Administração Pública, especificamente àqueles relativos à sustentabilidade ambiental e às aquisições públicas, reforçando a importância e a obrigação da participação do ente público no trato da questão ambiental.

2.1 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Apesar de a ação antrópica, desde o princípio da civilização, ter produzido alterações no meio ambiente, a grande questão é a crescente dilapidação do meio ambiente provocada no último meio século (GRIMBERG, 2005).

Ressalta-se que o direito da sociedade a um meio ambiente saudável e sustentável está garantido pela Carta Magna da República Federativa do Brasil, no caput do seu art. 225, em que também se observa a imposição de obrigações ao Poder Público e aos cidadãos quanto à sua defesa e manutenção, no intuito de preservá-lo para as próximas gerações (BRASIL, 1988, s/p).

No intuito de atender essa obrigação, o Estado tem envidado esforços a fim de promover a sustentabilidade do meio ambiente, em especial através das aquisições públicas que, dentre outros objetivos, visam à promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sobretudo tendo em vista seu poder de compra da ordem de 10 a 15 % do Produto Interno Bruto (BRASIL, 2016b).

2.2 AQUISIÇÕES PÚBLICAS

A Administração Pública está sob a égide dos procedimentos licitatórios, o que a obriga a realizar suas aquisições seguindo regras e princípios já determinados, diferenciando-se do cidadão ou do ente privado que tem autonomia de efetuar compras ou contratos mediante unicamente seus próprios critérios. Deste modo, a discricionariedade do gestor público está limitada à observância prévia da legislação que rege o tema, não havendo autonomia para realização de gastos que não por meio de uma das formas legalmente previstas (OLIVO, 2012).

Destarte, ausente às anormalidades que ensejam ações imediatas do ente público como as apresentadas no parágrafo acima, não há o que se falar em compra pública que não seja por meio do devido processo licitatório e suas regras.

2.3 PREGÃO ELETRÔNICO (PE)

O Pregão é uma das modalidades de licitação existentes no ordenamento jurídico brasileiro e é regulamentado pelo Decreto nº 3.555/2000 e instituído por meio da Lei nº 10.520/2002. É um procedimento em que a Administração Pública, garantindo a isonomia, seleciona o fornecedor ou prestador de serviço que atenda ao objeto licitado comum no mercado, e que permite aos licitantes, tanto na modalidade pública presencial ou virtual, a redução das propostas através de lances sucessivos (FERNANDES, 2008).

Já o pregão em sua forma eletrônica está regulamentado pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e destina-se, assim como em sua forma presencial, exclusivamente à aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União.

Essa modalidade de licitação está condicionada aos princípios básicos da

legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi do tipo exploratória, qualitativa, descritiva, aliada à estratégia do estudo de caso e da triangulação metodológica.

A pesquisa exploratória, na visão de Selltiz et. al. (1965) abarca aqueles estudos que buscam descobrir ideias e intuições, cujo objetivo é adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Do mesmo modo, Gil (2010) considera que as pesquisas exploratórias exercem a função primordial de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Seu planejamento é menos rígido, pois seu objetivo é proporcionar uma visão geral, tal como aproximativo, acerca de determinado fato ou fenômeno. Portanto, quanto aos seus objetivos, o presente estudo é caracterizado como exploratório, e descritivo.

Exploratório, pois busca maior familiaridade com o problema de pesquisa proposto, visando entender melhor os processos de aquisição pública por meio do pregão eletrônico. O principal nível de análise é o individual, pois foi a partir da visão do indivíduo que se procurou entender a forma pela qual os processos de compras e aquisições se articulam com os requisitos legais, principalmente aqueles que visam escolhas sustentáveis.

Descritiva e predominantemente interpretativa, pois se procurou analisar, compreender e expor as principais características do fenômeno das aquisições no contexto específico de um órgão da Administração Pública Federal e a forma pela qual os indivíduos envolvidos neste processo articulam com as variáveis legais, políticas e profissionais.

As explicações de Godoy (1995) indicam também que as pesquisas científicas podem ser classificadas quanto à sua natureza em três tipos básicos: qualitativa, quantitativa, ou ambas ao mesmo tempo. A abordagem qualitativa oferece subsídios para a interpretação e compreensão dos processos que permeiam a administração, sobretudo quando se busca compreender os fenômenos “segundo a perspectiva do sujeito, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p. 58). A diversidade existente entre a abordagem qualitativa permite identificar quatro características, a saber: “o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador e o enfoque indutivo” (GODOY, 1995, p. 62).

Dessa forma, quanto a sua natureza, o presente estudo é qualitativo, pois procura compreender o fenômeno dentro de seu ambiente natural com a utilização de entrevistas com os gestores (Ordenador de Despesas e Chefe do Setor de

Aquisições) e realização de questionários com os pregoeiros e demandantes da instituição.

Quanto à escolha do objeto, considerando-se que a pesquisa partirá de uma perspectiva exploratório-descritiva, foi proposto como método o estudo de caso a fim de observar, interpretar, compreender e discutir aspectos relacionados aos processos de compras e aquisições na visão dos ordenadores de despesas e dos chefes do setor de aquisições. Segundo Godoy (2006, p. 124), o estudo de caso interpretativo deve conter características singulares, tais como uma rica descrição do fenômeno estudado, padronização e organização dos dados, além de permitir ao pesquisador analisar detalhadamente o processo e os indivíduos envolvidos no mesmo (YIN, 2010; CRESWELL, 2007a).

Além disso, segundo informa Godoy (2006, p. 127), a estratégia de uso de estudos de casos reflete no desejo do pesquisador em identificar questões de natureza conceitual, que “surgem de teorias previamente estabelecidas ou que se propõem a elaborar uma teoria a partir de um ou mais casos analisados”.

3.1 TRIANGULAÇÃO

Segundo explica Yin (2001, p. 120) a lógica da triangulação está fundamentada na utilização de “várias fontes de evidências”. Trata-se de um ponto forte muito importante para os estudos de caso qualitativos. Seguindo tal lógica, o presente estudo contou com entrevistas conduzidas principalmente por meio de roteiro de perguntas e também por meio de questionário semiestruturado.

Além disso, adotou-se a técnica da observação não participante, em que segundo Godoy (1995), possui um papel essencial no estudo de caso qualitativo. Por meio dessa técnica, o investigador irá apreender aparências, eventos e/ou comportamentos. A observação não participante ocorre quando o pesquisador atua apenas como espectador atento (GODOY, 2006, p. 133), coletando dados e não participando do contexto no qual está inserido, tendo como suporte um roteiro de observação.

Já a análise documental foi aplicada como forma de identificar, verificar e apreciar documentos, cuja finalidade específica, neste caso, preconizou-se na utilização de fontes paralelas e simultâneas de informação para complementar os dados, de forma a permitir a contextualização do processo investigado, tais como: documentos digitais, intranet, internet, dentre outras fontes disponibilizadas.

3.2 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados para este estudo se concretizou em duas etapas: na primeira, de caráter exploratório, realizou-se a análise documental, a qual ocorreu, sobretudo por meio da pesquisa empreendida no Portal de Compras do Governo Federal, com o intuito de levantar a quantidade de pregões eletrônicos efetuados

pelo órgão analisado nos últimos cinco anos e de verificar se existe a prática de exigir critérios de sustentabilidade ambiental nos Termos de Referência (TR).

O período da análise foi escolhido por possibilitar uma visão ampla da prática de aquisição pela instituição e, ainda, em face da disponibilidade de dados para consulta pública no Portal de Compras do Governo Federal.

Após a escolha do período de análise, a segunda etapa procedeu-se com o propósito de realizar entrevistas e aplicação dos questionários. Os entrevistados foram escolhidos por possuírem poder de gestão no trato dos assuntos pertinentes às aquisições do órgão. Os servidores demandantes por serem àqueles que provocam o início do processo ao apresentar as necessidades de seus respectivos setores e os pregoeiros por serem atores de destaque na execução dos procedimentos do PE.

Desse modo, após os procedimentos supracitados e a autorização institucional, aplicou-se um questionário com os servidores públicos que participam dos processos licitatórios, buscando levantar informações padronizadas de como ocorrem as aquisições públicas sustentáveis no órgão analisado.

O uso do questionário permitiu a participação de maior quantidade de servidores, assegurando o anonimato dos respondentes (MARCONI; LAKATOS, 1996).

Em seguida, foram entrevistados dois servidores que possuem poder de gestão sobre os processos de aquisição, a fim de compreender qual é a visão dos gestores acerca da prática de aquisições sustentáveis através do PE.

A coleta de dados ocorreu com a aplicação de questionário padronizado aos servidores pregoeiros, aos solicitantes de material e com a realização de entrevista com o Responsável pelo Setor de Recursos Logísticos, incumbido dos processos de aquisições do órgão, e com o Ordenador de Despesas.

Nº	Código	Cargo	Faixa etária	Escolaridade
1	E1	Responsável pelo Recursos Logísticos (RL)	Mais de 55 anos	Nível Superior
2	E2	Ordenador de Despesas (OD)	46 a 55 anos	Nível Superior
3	P1	Pregoeiro	46 a 55 anos	Ensino Médio
4	P2	Pregoeiro	Mais de 55 anos	Nível Superior
5	P3	Pregoeiro	46 a 55 anos	Nível Superior
6	P4	Pregoeiro	26 a 35 anos	Nível Superior
7	P5	Pregoeiro	26 a 35 anos	Nível Superior
8	D1	Demandante	46 a 55 anos	Nível Superior
9	D2	Demandante	46 a 55 anos	Nível Superior
10	D3	Demandante	46 a 55 anos	Nível Superior
11	D4	Demandante	26 a 35 anos	Nível Superior
12	D5	Demandante	46 a 55 anos	Nível Superior

Quadro 3.1 - Perfil dos participantes da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 3.1 apresenta o perfil dos participantes da pesquisa. Da análise

dos dados verificou-se que cinco servidores exercem a função de pregoeiro e destes, três elaboram TR. Um servidor não pregoeiro também realiza TR esporadicamente.

Somente um participante da pesquisa não possui formação de nível superior e 58% (07 de 12) contam com 29 anos de serviço público ou mais.

Na análise dos dados oriundos dos questionários e entrevistas, utilizou-se a seguinte classificação: servidores pregoeiros serão identificados como [P1], [P2], [P3], [P4] e [P5]; servidores aos quais incumbe a responsabilidade de demandar materiais e serviços serão identificados como [D1], [D2], [D3], [D4] e [D5]; e os servidores que participaram da entrevista serão identificados como [E1] e [E2].

A aplicação dos questionários ocorreu nos dias 1º, 04 e 05 de julho de 2016 e as entrevistas foram efetuadas nos dias 04 e 05 de julho de 2016.

Foram produzidas 60 laudas referentes aos questionários e às entrevistas. A tabulação das informações geradas com a coleta dos dados provenientes destes questionários e entrevistas resultou em 20 laudas que embasam este estudo.

Na aplicação dos questionários e realização das entrevistas, garantiu-se o anonimato dos participantes ao não os identificar nominalmente, e também o direito de recusa a responder qualquer questão caso o servidor tenha se sentido constrangido, ações que não prejudicaram a pesquisa e nem foi impeditivo de participação.

3.3 TRATAMENTO DOS DADOS E PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO

A técnica utilizada para o tratamento dos dados obtidos com a pesquisa foi a análise de dados em espiral, apresentada por Creswell (2007b), iniciando com a coleta e administração dos dados disponíveis e a posterior transformação destes em informações úteis para o estudo, possibilitando a identificação de categorias analíticas.

Para tanto, após análise do acervo documental disponível, elaborou-se questões que permitissem elucidar as situações destacadas nos objetivos deste estudo e, após a tabulação dos dados obtidos, buscou-se, conforme proposto por Merriam (1998), por características e padrões de respostas que somassem informações às categorias e que formassem uma imagem efetiva da situação encontrada.

Como resultado foram obtidas as seguintes categorias *a posteriori*: (i) NEMS/MS – competência e quadro de pessoal; (ii) aquisições realizadas; (iii) sustentabilidade ambiental; (iv) ausência de capacitação em Compras Públicas Sustentáveis (CPS); (v) economicidade e vantajosidade nos PE; (vi) conhecimento da legislação pertinente; (vii) realização de CPS; (viii) elaboração conjunta do TR; e (ix) Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS).

O capítulo a seguir trata sobre o Diagnóstico Organizacional, apresentando categorias que subsidiam a realidade da organização acerca da realização de seus Pregões Eletrônicos e da prática de ações que se classificam como sustentáveis,

em suas aquisições e no seu cotidiano.

4. DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

Este capítulo trata sobre aspectos analisados no NEMS/MS, apresentando uma análise das categorias identificadas, possibilitando compreender como ocorrem os Pregões Eletrônicos, quais procedimentos são adotados e as causas das situações verificadas.

4.1 NEMS/MS - COMPETÊNCIA

O Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso do Sul/NEMS/MS é um órgão público da Administração Direta, e tem como competência o desenvolvimento de atividades técnico-administrativas e de apoio logístico, e a prática dos atos necessários à atuação dos órgãos do Ministério da Saúde [dados da análise documental].

4.1.1 NEMS/MS – QUADRO DE PESSOAL

O NEMS/MS conta com 63 servidores lotados na sede administrativa, os quais estão assim distribuídos: 30 servidores no Serviço de Gestão Administrativa (SEGAD); 21 no Serviço de Auditoria (SEAUD); 10 na Divisão de Convênios (DICON); e 2 na Seção de Fomento e Cooperação Técnica em Informática (SFCT). Destaca-se que houve redução de cerca de 20% no número de servidores da sede administrativa nos últimos quatro anos, passando de 79 servidores no ano de 2012 para apenas 63 ao final de 2015. Estes dados são ressaltados no Relatório de Gestão/2015 da instituição, que demonstra preocupação com a ausência de reposição do pessoal e ainda com a possibilidade de aposentadoria de grande parte do efetivo, tendo em vista 54% dos servidores possuem idade entre 50 e 59 anos e 13% acima de 60 anos (BRASIL, 2016a).

4.2 AQUISIÇÕES REALIZADAS PELO NEMS/MS NO QUINQUÊNIO 2011-2015

A partir de levantamento de dados no site comprasnet, no painel de compras do governo federal e nos Relatórios de Gestão do NEMS/MS dos últimos cinco anos, constatou-se que, excetuando as despesas realizadas mediante contratações diretas, o NEMS/MS optou por adquirir no último quinquênio exclusivamente por meio da modalidade de licitação PE, tendo sido realizados um total de 46 pregões eletrônicos.

Essas aquisições resultaram em valores pagos na ordem de R\$

3.490.572,59 (três milhões, quatrocentos e noventa mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

4.3 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO NEMS/MS

Apesar de não ocorrer a inserção de critérios de sustentabilidade ambiental em todas as contratações, existem ações em prol de uma gestão sustentável no órgão, destacando-se a redução no consumo de água, de energia elétrica e a inclusão de cláusulas com conteúdo de sustentabilidade em alguns contratos, como a exigência do recolhimento e descarte de lâmpadas queimadas em locais adequados no contrato de serviço de manutenção predial e o ajuste automático frente-e-verso das impressões como medida para redução do consumo de papel e conseqüentemente diminuição do custo referente ao gasto com papel, no contrato de serviços de impressão.

Essas iniciativas identificadas no NEMS/MS podem ser inseridas entre as práticas positivas de sustentabilidade ambiental destacadas por Valente (2011), a exemplo da aquisição de lâmpadas de alto rendimento, com menor teor de mercúrio; aquisição de envelopes fabricados com papel reciclado; e a aquisição de veículos movidos a álcool, no caso do NEMS/MS, locação de veículos Bicomustíveis.

4.4 AUSÊNCIA DE CAPACITAÇÃO EM CPS

Com a verificação dos dados coletados e com a análise dos PE executados pelo órgão nos últimos 05 (cinco) anos, restou comprovada a inexistência de capacitação dos servidores envolvidos na licitação.

De forma concisa, 100% dos pregoeiros do órgão participaram de capacitação para exercer esta função, porém, estas capacitações nunca abordaram a possibilidade de incluir critérios de sustentabilidade nos PE's e ainda, verificou-se que nenhum servidor da instituição envolvido com o processo de compras participou de qualquer treinamento sobre CPS.

Constatou-se, outrossim, que o NEMS/MS não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), contudo, a gestão do órgão demonstra interesse em aderir a esta Agenda Ambiental junto ao MMA (BRASIL, 2016a, s/p).

4.5 ECONOMICIDADE E VANTAJOSIDADE NOS PREGÕES ELETRÔNICOS

A respeito da possibilidade de se adquirir um produto mais sustentável através do PE, mesmo o item possuindo um preço superior de mercado, [E1] acredita não ser possível, pois deve seguir criteriosamente o princípio do menor preço ofertado.

Reforçando esta concepção, 80% dos pregoeiros do NEMS/MS informaram que o órgão prioriza o menor preço nas aquisições efetivadas e nenhum relatou que a Administração prioriza a aquisição mais vantajosa, não sendo esta o menor preço.

4.6 CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE

A pesquisa procurou identificar o conhecimento dos servidores que participam do processo de aquisição acerca da legislação básica relacionada às CPS. Para tanto, questionou-se a respeito da ciência sobre o artigo 3º, da Lei nº 8.666/1993.

Dos 10 participantes que responderam ao questionamento (05 pregoeiros e 05 demandantes), foi obtido o seguinte quadro: 03 pregoeiros preferiram não responder; 01 pregoeiro e 04 demandantes informaram conhecer esse artigo; 01 pregoeiro e 01 demandante desconheciam a supracitada norma.

A situação verificada carece de especial atenção do Gestor do Núcleo quando se constata que, dos 04 pregoeiros que responderam a questão, nenhum informou possuir conhecimentos sobre a Instrução Normativa nº 01/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que “Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências”. Identificou-se, ainda, que 40% dos demandantes que participaram do estudo também não possuem ciência dessa Instrução.

Desse modo, prover os servidores com estes conhecimentos permitirá que o Núcleo realize suas compras em estrita conformidade com a legislação, agindo conforme a lei prevê, em consonância com o princípio da legalidade e de forma sustentável (PALUDO, 2010).

4.7 REALIZAÇÃO DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Nenhum pregoeiro do órgão informou já ter realizado alguma compra que fosse classificada como sustentável e apenas dois demandantes revelaram já ter participado de alguma compra que contivesse algum critério sustentável.

Contudo, a partir da análise dos editais de PE, disponíveis no portal Comprasnet do governo federal, foi possível identificar algumas contratações em que foram exigidas pelo órgão critérios de sustentabilidade, como o PE nº 07/2013, que exigiu que os veículos utilizados na prestação dos serviços de transporte contratados sejam bicomustível e que possuam emissões máximas de acordo com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) (BRASIL, 2013b), e o PE nº 06/2013, que impôs, dentre outras ações, que a contratada adote boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição (BRASIL, 2013a).

Por conseguinte, comprova-se que os Pregoeiros do órgão têm exigido em algumas aquisições por meio do PE critérios de sustentabilidade ambiental.

4.8 ELABORAÇÃO CONJUNTA DOS TERMOS DE REFERÊNCIA

O setor responsável pelas aquisições no NEMS/MS é o setor de Recursos Logísticos (RL), o qual elabora os Termos de Referência, normalmente sem a participação do demandante no detalhamento do objeto. Tal ação contraria o previsto na alínea a, item III, art. 8º, do Decreto nº 3.555/2000, que determina que a elaboração do TR deve ocorrer com a participação do setor de compras e com o demandante, e não apenas pelo RL, como tem ocorrido na maioria dos PE efetivados pelo NEMS/MS (BRASIL, 2000).

Analisando essa situação, verificou-se que existem dúvidas em relação a quem incumbe a obrigação de elaborar o TR. A partir desta investigação, constatou-se que alguns servidores atribuem essa tarefa especificamente ao setor demandante, ou ao setor RL, ou ainda ao “jurídico” já que ele possuiria conhecimento da legislação.

Dessa maneira, evidencia-se a inexistência de consenso quanto à execução do TR e, ademais, que nenhum servidor demonstrou ter ciência da obrigação da realização conjunta do TR.

Destaca-se que a formação de uma Comissão para Elaboração dos TR possibilitaria a integração entre a área de compras e a área demandante, cumprindo assim a previsão constante no Decreto nº 3.555/2000, que prevê que os TR devem ser elaborados em conjunto, possibilitando a aquisição de produtos mais coerentes com a demanda, com a qualidade e especificações desejadas, evitando compras de produtos que não satisfaçam a necessidade do demandante (BRASIL, 2000b).

4.9 PLANO DE GESTÃO LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) é o instrumento da Administração Pública que possibilita o estabelecimento de ações sustentáveis e maior eficiência nos gastos e processos na Administração Pública (BRASIL, 2012).

A implementação deste PLS resulta diretamente no consumo mais consciente, redução de gastos e formatação de uma nova cadeia de fornecimento, desta vez mais coerente com as políticas sustentáveis que o governo tem buscado.

Identificou-se que o NEMS/MS não possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), não obstante, pretende elaborar seu PLS e consequente implementação no órgão (BRASIL, 2016a).

5. PLANO DE AÇÃO

Nesta seção, com a utilização da ferramenta 5W2H, procedeu-se à elaboração de um Plano de Ação, a fim de consolidar as informações obtidas e transformar o estudo em potencial ferramenta de mudança para o NEMS/MS.

5.1 PLANO 5W2H

Elaborou-se o Plano de Ação a partir da ferramenta 5W2H, que consiste na elaboração de um plano estruturado para a execução e controle de tarefas, com atribuição de responsabilidades, método para execução, motivo, custos e os prazos para conclusão (MACHADO, 2009).

5W2H aborda as seguintes questões, sendo que as iniciais das perguntas, em inglês, correspondem à sigla que dá nome ao método (NAKAGAWA, 2014): What: o que deve ser feito? Why: por que deve ser implementado? Who: quem é o responsável pela ação? Where: onde deve ser executado? When: quando deve ser implementado? How: como deve ser conduzido? How much: quanto vai custar a implementação?

O Quadro 5.1 traz uma consolidação das principais ações sugeridas:

Plano de Ação - 5W2H						
Assunto:	Sustentabilidade no NEMS/MS					
Objetivo:	Aumentar o número de Pregões Eletrônicos Sustentáveis e disseminar práticas de sustentabilidade no NEMS/MS					
<i>What</i> (O quê?)	<i>Why</i> (Por que?)	<i>Who</i> (Quem?)	<i>Where</i> (Onde?)	<i>When</i> (Quando?)	<i>How</i> (Como?)	<i>How Much</i> (Quanto?)
-Formalizar à instância Superior pedido de liberação de vagas em concurso público.	-Para suprir a necessidade de pessoal.	-Chefe do Serviço de Gestão Administrativa (SEGAD).	-SEGAD.	-A definir.	-Através de Ofício ou outro documento formal.	-Sem custo adicional (utilização dos recursos administrativos disponíveis no órgão).
-Levantamento de itens frequentemente adquiridos e substitutos com características sustentáveis.	-Para realizar o comparativo e a substituição de itens não sustentáveis.	-Equipe que elabora o Termo de Referência (TR).	-Recursos Logísticos (RL).	-A definir	-Com a realização de Pesquisa de Mercado.	
-Realizar adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).	-A A3P desenvolve e aplica diversas práticas de sustentabilidade	-Serviço de Gestão Administrativa (SEGAD).	-No NEMS/MS.	-A definir	-Através da assinatura do Termo de Adesão com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).	
-Definir meta quantitativa de realização de PE sustentáveis.	-Para aumentar progressivamente a realização de Compras Públicas Sustentáveis.	-Ordenador de Despesas (OD).	-SEGAD	-A definir.	-Através de elaboração de Plano de Aquisições Sustentáveis.	
-Elaborar o Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) do NEMS/MS.	-Para atender dispositivos legais e racionalizar o consumo e utilização de bens e serviços.	-Serviço de Gestão Administrativa (SEGAD).	-RL	-A definir.	-Com a elaboração conjunta de um PLS, envolvendo todos os setores do NEMS/MS.	
-Criar equipe para elaboração conjunta dos Termos de Referência (TR).	-Para atender dispositivo legal e minimizar riscos de adquirir itens que não satisfaçam a necessidade do demandante.	-SEGAD e demais setores demandantes.	-RL	-A definir.	-Com Indicação formal dos servidores dos setores demandantes.	

-Capacitar os servidores em Compras Públicas Sustentáveis (CPS).	-Para tornar frequente a realização de CPS.	-SEGAD.	-Em empresa ou instituição pública.	-A definir	-Com a inscrição e participação dos servidores envolvidos no processo de aquisição.	-A definir
--	---	---------	-------------------------------------	------------	---	------------

Quadro 5.1 – Plano de Ação – 5W2H
 Fonte: dados obtidos a partir da triangulação

Como observado no Quadro 5.1, é possível empreender várias ações capazes de alterar positivamente a realidade das aquisições sustentáveis no NEMS/MS sem dispêndio de custo financeiro, apenas com o direcionamento dos esforços e utilização dos demais recursos já existentes na instituição.

A solicitação de vagas em concurso público depende de autorização da instância superior, todavia, é importante esse pedido e, se for o caso, ratificá-lo, demonstrando a preocupação do gestor com a crescente diminuição de seu quadro de servidores.

Catalogar os itens frequentemente adquiridos e seus possíveis substitutos com características sustentáveis é relevante para que os responsáveis pela elaboração do TR possam fazer uso destes dados e, inclusive, sugerir a substituição dos itens solicitados por outros mais sustentáveis.

No intuito de aumentar progressivamente a quantidade de PE com itens sustentáveis, o gestor pode determinar uma meta a ser perseguida pelo setor de compras em conjunto com os demandantes, objetivando o alcance dessa proposta.

Na mesma seara, é interessante aderir à A3P e proceder a elaboração do Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS), já que a A3P detém inúmeros Eixos Temáticos que favorecem a disseminação de práticas sustentáveis, até mesmo tratando da capacitação e conscientização dos servidores. Já o PLS é uma ferramenta capaz de propiciar um levantamento profundo e prático das práticas corriqueiras do órgão e traz em sua concepção instrumentos como catalogação de materiais que podem ser substituídos por outros mais sustentáveis, além de reforçar a adoção de práticas mais coerentes com a necessidade ambiental.

Finalmente é proposto que os servidores envolvidos nos processos de aquisição sejam capacitados em CPS e em elaboração de TR, sendo esta a única proposta que apresenta ônus financeiro para sua implementação.

6. BENEFÍCIOS DAS PROPOSTAS DO PLANO DE AÇÃO PARA A INSTITUIÇÃO

A efetivação das ações propostas nos Planos de Ação elaborados neste estudo possibilitará que os Pregões Eletrônicos executados pelo NEMS/MS atendam a legislação ambiental pertinente, em especial ao artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, que prevê entre os objetivos da licitação a “promoção do desenvolvimento nacional sustentável”, além dos seguintes benefícios: (i) direcionamento de esforços em prol do aumento do número de servidores lotados na sede administrativa; (ii) acréscimo no número de Pregões Eletrônicos Sustentáveis realizados no NEMS/MS; (iii) disseminação de boas práticas de sustentabilidade no NEMS/MS; (iv) capacitação dos servidores em Compras Públicas Sustentáveis e em Elaboração de Termos de Referência; e (v) elaboração do Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) do NEMS/MS.

Logo, com baixo uso de recursos financeiros, utilizando-se de recursos e estrutura já disponíveis, será possível gerir os esforços da instituição Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso do Sul-NEMS/MS em

consonância com a legislação e com as melhores práticas de sustentabilidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como principal escopo a análise das aquisições realizadas no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso do Sul-NEMS, por meio do PE, com o objetivo de compreender como as compras são realizadas e se existem práticas que visam à sustentabilidade ambiental, identificando as causas da situação verificada e, por fim, a proposição de ações que direcionem os esforços em prol da eficiência e do cumprimento dos dispositivos legais evidenciados. Restou esclarecido que o NEMS/MS não atende completamente as normas que determinam a prática de Compras Públicas Sustentáveis (CPS); que os servidores não possuem capacitação em CPS; que há desconhecimento dos principais normativos que tratam sobre sustentabilidade nas aquisições; e que não existe um Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) no órgão, em descumprimento ao disposto no artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, e no artigo 16 do Decreto nº 7.746/2012.

Também restou evidenciado que nenhum servidor envolvido nos processos de aquisição possui formação específica para CPS e que apenas 01 (um) pregoeiro e 02 (dois) demandantes possuem treinamento para elaboração de TR, o que implica em dificuldades na realização dos procedimentos corretos e necessários e inclusive tem gerado dúvidas quanto à possibilidade de se realizar as CPS.

A necessidade dessas capacitações tornou-se evidente no momento em que se observou que 40% dos demandantes e 100% dos pregoeiros da instituição que responderam a questão relataram não deter conhecimento acerca da Instrução Normativa nº 01/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que trata sobre critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições realizadas pela Administração Pública Federal. Reforçou-se ainda esta necessidade o fato de que apenas 01 (um) pregoeiro e 01 (um) demandante possuem conhecimento do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, que traz em seu texto os objetivos da licitação, dentre eles, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Outra ação que resultará em melhores práticas ambientais nas aquisições públicas utilizadas no NEMS/MS e que traz entre seus eixos a necessária capacitação em CPS é a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). O NEMS/MS ainda não participa desta ação, mas foi demonstrado interesse em aderir ao programa.

Por fim, em face da limitação de recursos e da análise específica e restrita a um órgão da Administração Pública, sugere-se que o estudo seja efetuado em outras instituições públicas no intuito de expandir a análise, permitir a comparação dos dados obtidos e de formar um retrato fidedigno de como os gastos governamentais tem colaborado para o desenvolvimento nacional sustentável.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudança da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 91 de 18 de fevereiro de 2016. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. **Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000**: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Brasília, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000**: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Brasília, 2000b.

BRASIL. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação; Ministério do Planejamento – MPOG. **Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010**: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012**: Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde – MS. Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Mato Grosso do Sul – NEMS. **Edital Pregão Eletrônico nº 06/2013**: escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de limpeza, conservação e copeiragem nas instalações do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/NEMS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Processo Administrativo nº 25006.004766/2013-67. Campo Grande, 23p., 2013a.

BRASIL. Ministério da Saúde – MS. Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Mato Grosso do Sul – NEMS. **Edital Pregão Eletrônico nº 07/2013**: contratação de prestação de serviços continuados de transporte de pessoas e de cargas

pequenas, em deslocamentos a serviço, a fim de viabilizar a realização de viagens, por meio de locação de veículos, incluindo motorista, combustível, seguro total e outros encargos necessários à perfeita execução dos serviços, visando atender as necessidades do NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE no Estado de Mato Grosso do Sul (NE/MS/MS); conforme condições, quantidades estimadas e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Processo Administrativo nº 25006.004877/2013-73. Campo Grande, 22p., 2013b.

BRASIL. Ministério da Saúde – MS. Núcleo Estadual no Mato Grosso do Sul – NEMS. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Campo Grande, 2016a.

BRASIL. Ministério do Planejamento - MPOG. **Contratações Públicas Sustentáveis**. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/contratacoes-publicassustentaveis>>. Acesso em: 27 julho 2016b.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. ROCHA, L. de O. da. (Trad.), 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2007a.

CRESWELL, J.W. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches**. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2007b.

FERNANDES, J. U. J. **Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico**. 3. ed. rev., atual. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2008.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua aplicação em administração de empresas**. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, p. 65-71, jul./ago. 1995.

GODOY, A.S. **Estudo de caso qualitativo** In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; BARBOSA DA SILVA, A. (Org.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2006.

GRIMBERG, E. A Política Nacional de Resíduos Sólidos: a responsabilidade das empresas e a inclusão social. In: **Gestão de resíduos, valorização e participação**. Laboratório de Planejamento Municipal – DEPLAN – IGCE – UNESP. Rio Claro, 2005.

MACHADO, R. **Como fazer plano de ação 5W2H e modelo de exemplo em planilha**. 2009. Disponível em: <<http://www.doceshop.com.br/blog/como-fazer-plano-de-acao-5w2h-emodelo-de-exemplo-em-planilha>>. Acesso em: 19 setembro 2016.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education.** San Francisco (CA): Jossey-Bass, 1998.

NAKAGAWA, M. **Ferramenta: 5W2H – Plano de ação para empreendedores.** São Paulo: Editora Globo. Movimento Empreenda, 2014.

OLIVO, L.C.C. de. **Pregão Eletrônico e Presencial.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

PALUDO, A.V. **Administração Pública:** teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.S.; COOK, S.W. **Métodos de pesquisa das relações sociais.** São Paulo: Herder, 1965.

YIN, R. K. **Estudo de caso, planejamento e métodos.** 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

YIN, R.K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos.** Tradução: Daniel Grassi. 2. Ed. Porto Alegre: Brookman, 2010.

ABSTRACT: The aim of this research is to analyze the process of acquisitions in a Public Institution of the Federal Government, through the Electronic Trading and understand just how the legal provisions instigators of sustainable procurement are being respected. To reach it is intended to identify the reasons why some acquisitions are within the parameters of sustainable procurement; identify the reasons why some acquisitions aren't within the parameters of sustainable and acquisitions; identify if the public workers that act as crier, support staff, and others involved in the preparation of the bidding and its processes, have awareness and understanding about the possibilities to include environmental sustainability criteria in Electronic Trading. As a result of the research, there's not the full compliance of the rules that determine the practice of Sustainable Procurement, mainly due to lack of skilled workers who perform it. Other reasons were the lack of knowledge of related normative that treat on sustainability in procurement and the lack of a Plan of Sustainable Logistics Management. At least, the study provides and Action Plans situations aiming at the directing of the governmental organ's efforts to overcome the situation and ensure full compliance with the objectives of the tender, particularly the guarantee of sustainable national development.

KEYWORDS: Procurement, Bidding, Environment